

FICÇÕES QUEER BRASILEIRAS – ANOTAÇÕES PARA UM DOSSIÊ

Queer brazilian fictions – notes for a dossier

Geovana Quinalha de Oliveira

 <http://orcid.org/0000-0003-3538-9362>

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Coxim, Faculdade de Artes, Letras e Comunicação, Campo Grande, MS, Brasil. 79070-900 – letras.faalc@ufms.br

Marcio Markendorf

 <http://orcid.org/0000-0002-8022-1350>

Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Artes, Florianópolis, SC, Brasil. 88040-900 – art@contato.ufsc.br

Resumo: O cânone literário ainda é baseado em um modelo excludente – masculino, branco, heterossexual, classe média – que acaba por instaurar invisibilidades na vida literária, como se comprova a partir da pouca presença de autorias LGBTQI+ em editoras hegemônicas e/ou de personagens LGBTQI+ exercendo função de protagonistas em narrativas. No cenário contemporâneo, no qual as pautas políticas dos estudos de gênero e raça/etnia evidenciaram sua urgência, é necessário sublinhar como tem sido discutida a representação e a representatividade na literatura. Mais do que nunca tem sido demonstrada a potência da identificação entre leitor/a e literatura na construção e fortalecimento das subjetividades individuais, fato que torna preocupante haver poucas obras com as quais pessoas LGBTQI+ possam mirar-se. Contra o cânone excludente não bastariam personagens não hegemônicos em ação, mas seriam necessários projetos literários ou de crítica literária que questionassem os dispositivos e tecnologias normalizadoras do corpo e do gênero. Este texto, nesse sentido, tem por objetivo apresentar minimamente as questões que nortearam a convocatória para um dossiê de ficções brasileiras que teve o queer como chave de leitura política e estética.

Palavras-chave: Literatura brasileira. Gênero. Queer. Representação. Representatividade.

Abstract: The literary canon is still based on an exclusionary model – male, white, heterosexual, middle class – that ends up instilling invisibilities in literary life, as evidenced by the low presence of LGBTQI+ authorship in hegemonic publishers and/or LGBTQI+ characters exercising role of protagonists in narratives. In the contemporary scenario, in which the political agendas of gender and race/ethnicity studies showed their urgency, it is necessary to underline how representation and representativeness in the literature has been discussed. More than ever,



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons - Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

the power of identification between reader and literature has been demonstrated in the construction and strengthening of individual subjectivities, a fact that makes it worrying that there are few works that LGBTQI+ people can target. Against the exclusionary canon, non-hegemonic characters in action would not be enough, but literary or literary criticism projects that questioned the normalizing devices and technologies of the body and gender would be necessary. This text, in this sense, aims to present minimally the questions that guided the call for a dossier of Brazilian fictions that had queer as a key to political and aesthetic reading.

Keywords: Brazilian Literature. Gender. Queer. Representation. Representativeness.

Vocês me encheram de afetos, mas eram afetos comprometidos, havia um preço, uma negociata, eu barganhava afetos. Quanta mendicância a minha. Ou me comportava como um mocinho ou nada teria.
(Flávio Adriano NANTES, 2019)

A epígrafe acima é parte do conto “Manifesto do corpo” que compõe o livro *Desejo sitiado*, de Flávio Adriano Nantes (2019). As vinte narrativas do livro (re)significam temáticas que perpassam pelas questões LGBTQI+, além de representar outros sujeitos dissidentes em relação ao padrão hegemônico. O conto em questão gira em torno de um núcleo familiar hegemônico típico – pai, mãe e filho – e sobre o modo como cada um concebe as relações sociais e os desejos de si e do outro. O filho adolescente, narrador e protagonista da narrativa, encontra-se motivado e prestes a dizer aos pais que seus modos de ser e sentir subvertem o mundo heteronormativo no qual foi educado pela família. Toda a narrativa é, na verdade, um ensaio para esse momento. É a partir dessa “rasura discursiva”, minunciosamente planejada, que entramos em contato com as dores, com os deslocamentos e com o desejo de morte do narrador em decorrência de empreender outras vivências que se diferenciam dos demais membros familiares.

Para a sociedade em que essas personagens estão alocadas, cujo reflexo imediato é o da nossa, o corpo está à serventia da naturalização da linearidade sexo-sexualidade-gênero e seus enquadramentos sociais: “Isto é coisa de menino ou menina?” (NANTES, 2019, p. 94), pergunta a mãe ao filho durante as compras de roupa. Para além da normatização das vestimentas, a criança é proibida de ler determinados livros (NANTES, 2019), pois somente a leitura de “[...] gibis de heróis viris, com capas, armas e que sempre salvavam a humanidade” (NANTES, 2019, p. 95-96) era permitida pela normatização doméstica. Os pais entendem que certas literaturas poderiam comprometer a orientação sexual perpetrada pelo modelo de masculinidade hegemônico vigente, de modo que intensificam as leituras bíblicas em rituais religiosos cujo filho deveria frequentar: “Há também episódio da psicologia religiosa que eu comecei a frequentar; ela tentava me convencer de que a homossexualidade era uma anormalidade, uma aberração” (NANTES, 2019, p. 96). Tal qual uma oração, pai e mãe repetiam que tais decisões não passavam de cuidados afetuosos e amores em relação ao menino.

Ao perceberem que o filho, apesar de todos os esforços, ainda empreendia gestos vistos como de subversão, os pais aumentam a vigia opressiva. Afinal, aqueles que desestabilizam as leis estabelecidas, entendidas e perpetuadas como verdades inquestionáveis, não podem circular ilesos e de forma democrática nos espaços público e privado: “[...] vocês não paravam; sempre

me apresentando mocinhas bonitas com as quais tínhamos contato, vislumbrando um namoro ou qualquer outra coisa que resultasse em eu estar com uma garota” (NANTES, 2019, p. 97). O filho, sem dizer uma só palavra, recolhe-se na dor solitária da exclusão: “Eu torcia para que durante a festa [de natal] entrasse uma bala perdida pela janela do apartamento e desse cabo a minha vida” (NANTES, 2019, p. 97). Ao desestabilizar o contrato social de masculinidade/atividade sexual vs. feminilidade/passividade sexual, o adolescente passa a ocupar o lugar da marginalidade, da inferioridade desumana. Ele, assim como muitos outros sujeitos ao redor do mundo, é alijado, invisibilizado, sem direito a uma identificação e a uma representatividade digna na sociedade, na cultura, nas artes, nas tomadas de decisões políticas, no trabalho, enfim, na própria história.

Deve-se recordar que o gênero, como afirmam Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2015, p. 25), “[...] é uma dimensão central da vida das pessoas, das relações sociais e da cultura”, pois trata-se de um *locus* de enfrentamento “[...] que diz respeito à justiça, à identidade e até à sobrevivência”. A narrativa de Flávio Adriano demonstra a corporalidade enquanto produto social, cultural e político marcado institucionalmente pela rejeição à diferença que leva muitos de nós a convivermos cotidianamente com assédios, injúrias, violências e, em muitos casos, com a própria morte. A urgência dos estudos de gênero e da teoria queer no âmbito dos estudos literários surge da necessidade de compreender os mecanismos de exclusão de uma cultura centrada em modelos hegemônicos de sexualidade. Como defendem Michel Foucault (2001; 2018) e Teresa de Lauretis (1994), há diversas tecnologias sociais e de poder aplicadas na configuração, normalização e controle de nossas ideias sobre comportamento de gênero – efeito de formatação do qual a ficção literária também não escapa.

Ao problematizar outras formas de ser e sentir, o autor sul-mato-grossense coloca em xeque a maneira como a sociedade enquadra os corpos e violenta os sujeitos que desestabilizam as tautologias conservadoras responsáveis por criar e naturalizar papéis generificados e, portanto, dicotômicos e hierárquicos. Em “Manifesto do corpo”, Flávio Adriano não se restringe apenas à construção de personagens e de temas por vezes negligenciados pelos cânones tradicionais, mas coloca em cena, com força ética, estética e política o questionamento do que significa ser homem e mulher em uma sociedade patriarcal com vistas a criar estratégias e enfrentamentos a esse cenário de profundas desigualdades e exclusões. Nesse sentido, é possível afirmar que a literatura, enquanto artefato cultural, é o lugar da escuta e do abrigo à representatividade de corpos, às subjetividades e epistemologias outras. Representação e representatividade, no contexto contemporâneo, tornaram-se pautas políticas urgentes e por vezes conduzem investimentos editoriais.

Em 2007, por exemplo, o escritor Luiz Ruffato apresentou aos/às leitores/as uma coletânea de contos intitulada *Entre nós – contos sobre homossexualidade*, projeto que reuniu 19 narrativas, tendo como umas das paisagens literárias de partida, por exemplo, uma história de Machado de Assis. A proposta de coletânea – identificando um nicho de mercado na literatura – seria compor um panorama histórico da abordagem da homossexualidade (sic) na literatura brasileira por meio da seleção cuidadosa de objetos marcados pela excelência literária.

A despeito do mote editorial, não se pode dizer que o resultado seja positivo. Afinal, como diria o francês São Bernardo de Clairvaux, “de boas intenções o inferno está cheio”. Analisada mais proximamente, a coletânea revela muito mais problemas que virtudes, a começar pelo próprio título.

“Entre nós”, longe de sugerir uma voz integrativa, isto é, de pertencimento a uma comunidade, o título remete ao imaginário do *segredo* ou do dispositivo do armário. O escritor Luiz Ruffato, até onde consta, é heterossexual, fato que também não justificaria o nome da coletânea por não remeter a um apanhado ficcional de experiências vividas pelo grupo ao qual estaria inserido. A sabedoria popular materializou a imagem da confidencialidade por meio de expressões como “que fique entre nós”, contrato selado no boca a boca para ocultar questões que não podem, ou não deveriam, tornarem-se públicas, o que no caso da coletânea diz respeito à transgressão das *leis* da heterossexualidade compulsória. Muito embora Ruffato (2007) escolha contos que versem sobre experiências afetivas vividas em silêncio, por risco de intolerância ou incompreensão, em paralelo estão histórias pouco mais vocalizadas de posições, embora não necessariamente libertadoras. Aliás, a experiência de leitura projetada pelos contos selecionados é o da impossibilidade amorosa – tônica que parece ter sido marca fundante do imaginário afetivo LGBTQI+ – uma vez que o platonismo, a morte, a separação, a violência permeiem as trajetórias das personagens. À luz desse aspecto percebe-se que a *representação* não oferece necessariamente a possibilidade de identificação e de pertencimento contidos na noção de *representatividade*. No fim das contas, a coletânea é apenas mais do mesmo: Ruffato (2007) constrói um território social literário permeado pela dor, pela culpa, pela solidão, pela normalização, pelo preconceito. É como se dissesse, cá entre nós, que a comunidade LGBTQI+ é prisioneira de uma experiência amorosa ambígua, centrada na *luta* e no *luto*.

Há um problema também de certa pasteurização das identidades de gênero, visto que a proposta de Ruffato (2007) é tratar da “homossexualidade”, sem quaisquer outras distinções e interseccionalidades – muito embora a variedade de expressão da sexualidade esteja presente na coletânea: gays, lésbicas, transexuais, queers. No jornal literário *Rascunho*, o organizador dá um depoimento ilustrativo:

O primeiro volume [que organizei para Editora Língua Geral] foi uma antologia sobre a questão da homossexualidade. Muitos falam que é uma antologia gay. Não é uma antologia gay. Eu acho que essa questão é muito importante. Sendo literatura, quem a produz pode ser negro, homossexual, mulher, o que quer que seja, mas é literatura. Acho que, à medida que você coloca um adjetivo nessa literatura, na verdade você a está, de certa maneira, discriminando. Mas é importante que você fale que foi um homossexual quem a escreveu. Se chama “Entre nós”. Uma antologia que tem até Machado de Assis. Os machadianos ficaram aborrecidíssimos comigo: “Imagine, nunca Machado de Assis escreveu sobre a questão da homossexualidade”. Claro que escreveu. Tem um conto lá chamado *Pila de Orestes* que é uma discussão lindíssima sobre esta questão. E pega Rubem Fonseca, Lygia Fagundes Telles, Caio Fernando Abreu. Quer dizer, pega uma gama de autores que discutem essa questão. (RUFFATO, 2012, [s.p.]).

O fato de ser compreendida por outros integrantes da vida literária brasileira como uma “antologia gay”, de um ponto de vista pejorativo, por si mesmo é excludente e demonstra uma grande incompreensão acerca dos debates de gênero no âmbito dos estudos literários. Obviamente que de 2007, o ano de publicação da obra, a 2020 muitos debates avançaram, embora no terreno da política, no qual a pauta da ideologia de gênero se constrói, o país esteja sob ataque constante nisso que pode ser um violento e belicoso retorno ultraconservador. Em paralelo ao componente aglutinador ‘homossexualidade’, responsável por ignorar a vasta paisagem de orientação e de identificação sexual disponível, Ruffato (2012) opina que adjetivar a literatura como negra, feminina ou gay seria parte de uma expressão *discriminatória* e excludente. Ora, posições com essa também entendem que o sistema de cotas nas universidades públicas são formas de discriminação e não um mecanismo de reparação histórica da opressão. Sob a ótica pretensamente universalista do cânone literário – masculino, branco, heterossexual e classe média – Luiz Ruffato sugere que a marcação de uma literatura de autoria negra ou feminina ou LGBTQI+ incorreria em uma *minorização* ou marginalização daquela ficção. Para o autor mineiro, literatura é literatura com L maiúsculo, sem adjetivos, desconsiderando o papel político não apenas da representação, mas também da representatividade seja no campo do consumo de literatura seja no campo de produção de narrativas.

Em tempos nos quais se é revisitado o conceito barthesiano de morte do autor, não porque a tirania do texto deva ser repensada, mas porque a identidade da autoria tornou-se politicamente fundamental para a representatividade, situar detalhes biográficos de um autor ou autora é imperativo. Nisso, ao menos, concorda parcialmente Luiz Ruffato: é preciso identificar a produção. Com quais fins – no ponto de vista do organizador de *Entre nós* – não somos informados. É uma pena, por isso, que a coletânea da Editora Língua Geral não apresente na biobibliografia da obra fractais biográficos dos/as autores/as das 19 narrativas que os/as situem no âmbito das identidades de gênero. Talvez porque assim os/as leitoras percebessem que do montante selecionado, apenas uns/umas poucos/as escreventes são assumidamente de orientação/identificação sexual não hegemônica. Ou, ainda, porque, do modo como está, o conceito *universalista* de literatura de qualidade seja preservado – lembrando que o padrão de excelência conta exatamente com o parâmetro hegemônico do cânone, isto é, o ‘universal homem branco cisheterossexual escritor’. Se conferida a lista dos/as autores/as reunidos/as em *Entre nós* encontram-se os seguintes nomes: Machado de Assis, João do Rio, Aníbal Machado, Dinah Silveira de Queirós, Moreira Campos, Harry Laus, Lygia Fagundes Telles, Rubem Fonseca, Autran Dourado, Samuel Hawett, Hilda Hilst, Silviano Santiago, Miriam Campello, Luiz Vilela, João Silvério Trevisan, Caio Fernando Abreu, Júlio César Monteiro Martins, Cíntia Moscovich e Simone Campos.

Outro ponto que chama atenção é o fato de que o circuito de estudos da obra de Machado de Assis, os dos machadianos (que talvez ainda reconheçam o ícone por uma face embranquecida, constante na parca iconografia disponível, e não por sua negritude) tenham ficado “aborrecidíssimos” com a inclusão de um conto do “mestre” na “antologia gay” de Luiz Ruffato. A antipatia não poderia ser lida de outra forma a não ser sob o ponto de vista do

preconceito – e, caso se queria tornar o problema ainda mais contundente, basta recordar que a palavra aborrecimento também remete ao sentimento de *horror* ou *ódio*. Quanto a isso cabe sublinhar uma consideração feita pelo escritor João Silvério Trevisan, escritor gay militante, autor do antológico estudo *Devassos no Paraíso – a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* sobre o preconceito na literatura. No romance autobiográfico *Pai, Pai*, Trevisan (2017) afirma que a crítica literária brasileira costuma condenar ao exílio escritores/as de sexualidades não hegemônicas, colaborando para construir invisibilidades nos debates culturais, jornalísticos e acadêmicos. De acordo com Trevisan, a vida literária nacional ainda hoje é contaminada por uma “cultura do enrustimento” (TREVISAN, 2017, p. 208), razão para que seja constantemente excluído do cenário cultural, mesmo já tendo sido agraciado por três vezes com o Prêmio Jabuti, um dos mais importantes da literatura brasileira. O escritor de *Pai, Pai* ainda dá o seguinte depoimento:

Em diferentes circunstâncias, tenho sido desautorizado como escritor de literatura brasileira e relegado a um nicho – o de “escritor de viados”. Causa espanto que se dê à minha sexualidade tão extraordinária relevância até o ponto de suplantar o interesse por minha literatura. Em outras palavras, faça eu o que fizer, serei antes e acima de tudo “o viado”. Essa acusação é de longe a mais injusta, pois basta um esforço mínimo para comprovar que meu compromisso criativo sempre foi antes de tudo com a Poesia. (TREVISAN, 2017, p. 210-211).

Aqui retornamos ao problema (?) da adjetivação levantada por Ruffato (2012), o de que circunscrever determinada literatura a um epíteto, como o de literatura gay, seria uma forma de discriminação. Não seria o aborrecimento dos machadianos um caso de homofobia cordial? Não estaria implícita em “escritor de viados” a “cultura do enrustimento”, da qual trata Trevisan (2017), que conduz a crítica aos horrores do tratamento com a *diferença*? Certo que o autor de *Pai, Pai* também sinaliza outro excesso: o apagamento do interesse pela ficção literária produzida *tão somente* em função de sua identidade/orientação de gênero. Em razão das questões ilustrativas aqui, a literatura de Flavio Adriano Nantes (2019) e a coletânea de Luiz Ruffato (2007), demonstra-se que debater representação e representatividade deveria ser uma perspectiva cada vez mais presente na academia.

Assim, ao refletir como normas sociais, linguísticas, corpóreas e subjetivas engessam os sujeitos em regulamentações heteronormativas, das quais o cânone não escapa, identificamos que era preciso empreender um convite a leituras de literaturas que transgredissem a estrutura linear sexo-gênero-orientação. Essa estrutura representa categoricamente modelos hegemônicos propagados por instituições como o Estado-nação, a religião, a família, a escola, a universidade – e por que não o cânone? – todos moldes balizados pela heterossexualidade compulsória. A exclusão social em que são alocados os corpos disruptivos deve integrar debates críticos e ações políticas responsáveis acerca da representatividade, da representação, da estética, da ética, da política, do direito ao amor e do direito à vida. O dossiê ora proposto pela revista *Anuário – Ficções queer brasileiras* – pretendeu fazer um chamamento aos/às pesquisadores/as para abordarem narrativas marcadas pela desobediência de gênero, da

contestação do modelo de inteligibilidade do gênero, definido pelo sistema sexo-gênero, e do qual trata Judith Butler (2016).

A “cultura do enrustimento” não tem origem na literatura, embora seja reproduzida também nessa área, mas nos discursos normativos e normalizadores da sexualidade, responsáveis por produzir o sentimento de abjeção e a vontade de extirpação, a qualquer custo, da diferença. Pesquisas recentes demonstram que o Brasil é o país ao redor do mundo que mais mata pessoas trans. Não se pode esquecer que até maio deste ano a comunidade LGBTQI+ era proibida de doar sangue por serem consideradas pessoas pertencentes a um grupo de risco. No âmbito do discurso médico-jurídico trata-se de uma moralização na qual o comportamento natural de qualquer LGBTQI+ é o da promiscuidade. O índice de adolescentes que são mortos ou se matam por conta de ambientes ultraconservadores continua elevado, o que só demonstra a importância subjetiva de expressões literárias como a de Flávio Adriano Nantes. Não é de se admirar que o número de obras ou autores/as publicados/as por editoras hegemônicas e que pertencem ou versam sobre sexualidades “dissidentes” ou “marginais” seja ainda ínfimo, como constata a pesquisadora Regina Dalcastagnè (2012). Por isso é problemática uma organização como a de Luiz Ruffato (2007), cujo efeito imediato, contrariando a “boa vontade” editorial, é a de representar as consequências dramáticas para os/as que não obedecem à normatização cisheterossexual dos corpos. Por isso a decisão por reunir estudos sobre ficções *queer* brasileiras – apoiada na noção positiva do *queer*, de elogio à diferença, e acompanhando a apropriação política da palavra pelos estudos de gênero que procuraram depurá-la dos estigmas inicialmente embutidos em sua significação: anormal, estranho, aberração.

A vontade de saber onde estão e quantas são as ficções brasileiras queer motivou o dossiê deste volume da revista *Anuário*. Igualmente pensamos que a chamada poderia estimular o engajamento intelectual a partir dos eixos sexo, gênero e desejo, tendo como pontos de partida representações ficcionais queer presentes na literatura brasileira. Entendemos a literatura *queer* como um constructo social que carrega idiosincrasias, linguagens e corpos renegados que resistem e lutam pelo direito a existir plenamente e a circular de forma democrática. O intuito da edição é refletir e divulgar as contribuições dessa literatura para a cidadania, para os direitos humanos, para o empoderamento desses sujeitos, para as ações políticas, para a democracia e para a luta do fim de hierarquias entre pessoas, hierarquias entre o humano e não humano, sujeição, enfim, para a constituição de um pensamento outro que abarque o eu e a alteridade.

Referências

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero – feminismo e subversão de identidade*. Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CONNELL, Raewyn; PEARSE Rebecca. *Gênero, uma perspectiva global, compreendendo o gênero – da espera pessoas à política – no mundo contemporâneo*. Trad. de Marília moschovich. São Paulo: nVersos, 2015.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea – um lugar contestado*. Vinhedo: Editora Belo Horizonte, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade I – a vontade de saber*. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2018.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. Trad. de Susana Bornéo Funck. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

NANTES, Flávio Adriano. *Desejo sitiado*. Guaratinguetá: Penalux, 2019.

RUFFATO, Luiz (Org.). *Entre nós – contos sobre homossexualidade*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2007.

RUFFATO, Luiz. *Luiz Ruffato. Jornal Rascunho*. Paiol Literário. Edição 105. Disponível em: <http://rascunho.com.br/luiz-ruffato/>. Acesso em: 11/05/2020.

TREVISAN, João Silvério. *Pai, Pai*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2017.

NOTAS DE AUTORIA

Geovana Quinalha de Oliveira (geovana.quinalha@ufms.br) é doutora em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), possui Mestrado em Letras, com ênfase em estudos literários pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2007). Atualmente é Professora Adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). É editora da Revista Rascunhos Culturais. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em literatura brasileira, atuando principalmente nos seguintes temas: estudos feministas e decoloniais.

Marcio Markendorf (marciomarkendorf@uol.com.br) possui Graduação em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2003) e Doutorado Direto em Literatura, concentração em Teoria da Literatura, pela Universidade Federal de Santa Catarina (2009). Atualmente é Professor Associado I do Departamento de Artes da Universidade Federal de Santa Catarina e leciona no Curso de Bacharelado em Cinema e no Programa de Pós-graduação em Literatura. Atua como coordenador do Programa de Pós-Graduação em Literatura.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

OLIVEIRA, Geovana Quinalha de; MARKENDORF, Marcio. Ficções queer brasileiras – anotações para um dossiê. *Anuário de Literatura*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 13-21, 2020.

Contribuição de autoria

Geovana Quinalha de Oliveira: elaboração do manuscrito e redação

Marcio Markendorf: elaboração do manuscrito e redação.

Financiamento

Não se aplica.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em: 01/06/2020

Aprovado em: 05/06/2020

